



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 46				
Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	17/02/2016	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

09:00h - Abertura (Palavra do Presidente)

09:10h - Aprovação da ata da 45ª Reunião

09:15h Avisos:

- Avisos da Secretaria

- Avisos da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

09:30h - Instrução Normativa n 32 - MAPA, que trata da necessidade de declaração do uso de madeira nas embalagens;

10:00h - Comissões Tripartites no âmbito da ANTT - Fiscalização dos serviços delegados pela agência reguladora;

10:30h - Projeto de Lei n 7814/2014 - Altera a Lei n 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; e dá outras providências;

11:00h - Licitações dos terminais para grãos agrícolas e fertilizantes nos portos do Arco Norte (Vila do Conde, Outeiro e Santarém - PA);

11:30h - Processo de concessão da BR-163 no trecho Sinop-Miritituba.

12:00h - Cabotagem - Abastecimento de milho para o Nordeste pelos portos do Arco Norte;

12:30h - Assuntos Gerais

13:00h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
3	AURA DE LOURDES DOMINGOS PEREIRA		PR	
4	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	ACST/MAPA	PR	
5	CLEBER CORDEIRO LUCAS	ABAC	PR	
6	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
7	ANNA JULIA PORTZ	ABPA	PR	
8	DENISE DECKERS DO AMARAL	ABRAPOS	PR	
9	WAGNER DE SOUSA MOREIRA	ABTP	PR	
10	ARNEY ANTONIO FRASSON	ACEBRA	PR	
11	VICTOR EMMANUEL DOS REIS	AGETOP	PR	
12	GONZALO ÁLVARO VÁZQUEZ FERNÁNDEZ	ANA	PR	
13	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEA	PR	
14	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

15	JOSE DI BELA FILHO	ANTF	PR	
16	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
17	FABIOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR	
18	CHRISTIAN NIELSEN FARIA LOMBARDI	CEAGESP	PR	
19	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
20	ELISANGELA PEREIRA LOPES	CNA	PR	
21	JOSÉ RIBAMAR MIRANDA DIAS	CNI	PR	
22	ELAINE RADEL	CNT	PR	
23	CARLOS EDUARDO CRUZ TAVARES	CONAB	PR	
24	ÁDBON JOARES DA SILVA DIAS	EPL	PR	
25	MARCELO CHAVES NERI DOS SANTOS	FENAMAR	PR	
26	MIGUEL RUBENS TRANIN	FNS	PR	
27	PAULO SALVADOR MARTORELLI	Gov/TO	PR	
28	PAULO APARECIDO CRAPINA	GS1 Brasil	PR	
29	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
30	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR	
31	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR	
32	FABIANO CHAVES DA SILVA	MPOG	PR	
33	MARIANA CAMPOS PORTO	MT	PR	
34	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA	SPA/MAPA	PR	
35	LUÍS FERNANDO RESANO	SYNDARMA	PR	
36	ISRAEL KENEDY	ACEBRA	PR	
37	QUÉSIA NASCIMENTO	APROSOJA	PR	
38	VICTOR DE FREITAS SILVA	APROSOJA	PR	
39	MARIO BORBA	CNA	PR	
40	KAROLINA KAPKO	JORNALISTA	PR	
41	RAFAEL OTONI	MAPA	PR	
42	ALEXANDRE VAZ SAMPAIO	MT	PR	
43	LAILLA VAZ MALAQUIAS	PATRI	PR	
44	OTTO LUIZ BURLIER	SEP/PR	PR	
45	LEOBINO ARAÚJO	Umbelino Lôbo	PR	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	
<p>Abertura: a 46ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio foi aberta às nove horas e quatorze minutos do dia 17 de fevereiro de 2016, no Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF, pelo Presidente Edeon Vaz que agradeceu a presença de todos na primeira reunião do ano e falou dos desafios a serem enfrentados em 2016. O Presidente destacou as presenças e cumprimentou o Sr. Mario Borba, vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, onde coordena a Comissão de Infraestrutura e Quésia Nascimento do Movimento Pró-Logística do estado de Mato Grosso.</p> <p>Apreciação e Aprovação da Ata da 45ª Reunião da Câmara: a ata foi aprovada pelos membros sem</p>	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

nenhuma ressalva e assinada pelos presentes na última reunião.

Avisos: I) Avisos da Secretaria: O Secretário Carlos Alberto Nunes Batista falou que a Câmara está em fase de estruturação formal da composição e solicitou que os membros atualizem os seus dados e enviem os ofícios de indicação para a publicação de Portaria. Falou ainda da frequência dos membros nas reuniões, informando que a entidade que faltar três reuniões consecutivas está apta a ser excluída e que isso não tem acontecido por entender os problemas que algumas entidades enfrentam e pelo reconhecimento da importância de cada um no colegiado, mas ressaltou que essa avaliação será realizada em conformidade com o regimento estabelecido. Finalizando os avisos da Secretaria da Câmara, informou que regimentalmente, um membro não pode representar mais de uma entidade em uma mesma Câmara e solicitou que aqueles que se encontram nesta situação façam novas indicações para representar as demais instituições. **II) Avisos da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas:** a Supervisora da Câmara apresentou a todos o calendário de reuniões previstas para 2016 e informou que está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas> o relatório da Assessoria Parlamentar do Mapa contendo os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e são de interesse do setor.

Instrução Normativa nº 32/2015 - MAPA, que trata da necessidade de declaração do uso de madeira nas embalagens: dando continuidade à reunião o Presidente passou a palavra a Luis Fernando Resano, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – Syndarma, para falar sobre o tema. Resano solicitou tratar inicialmente de outro assunto antes da IN 32 e foi autorizado pelo Presidente. Resano falou, então, da exigência na navegação de cabotagem, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, da solicitação de livre prática com o pagamento de uma taxa no valor de R\$ 1.761,27 (hum mil e setecentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos) e informou que, através da Secretaria do Governo, foi obtido um parecer jurídico da Anvisa dizendo que a taxa não é devida quando a Livre Prática é dada por período, destacando que ainda não existe a Livre Prática por período. Continuando, informou que no dia posterior à reunião da CTLOG, este assunto estaria em pauta em uma reunião da Diretoria Colegiada da Anvisa que estudaria a possibilidade de estender a livre prática para 90 dias e solicitou que a CTLOG apoie o pleito, cujo texto foi encaminhado aos membros antes da reunião para conhecimento e análise. O Presidente colocou o assunto em votação e ressaltou que o tempo era curto e que tentaria fazer com que a Manifestação chegasse a Ministra Kátia Abreu até o dia seguinte. Luiz Antônio Fayet, representante da CNA, lembrou que existe uma formalidade em que a Câmara informa a Ministra do pleito, que por sua vez o encaminha, mas disse acreditar que, apenas com o documento da CTLOG assinado, já poderia ser considerado o apoio da Câmara. O assunto foi para votação e todos concordaram pelo encaminhamento. Marcelo Chaves Neri dos Santos, representante da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima - Fenamar, informou que o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo - Sindamar também protocolou um pleito junto à Anvisa solicitando que a Livre Prática fosse exigida apenas no primeiro porto e nos demais fosse dispensada e que o período de Livre Prática fosse de 180 dias. O Presidente agradeceu a presença do Rafael Otoni, do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiaagro/Mapa e devolveu a palavra a Resano para falar sobre a IN 32. Resano falou que a Instrução Normativa nº 32 coloca o transportador como corresponsável na prestação de informação da existência de madeira na carga e disse entender a importância da medida, mas que não concorda que o transportador tenha essa responsabilidade, visto que, na maioria das vezes ele desconhece os detalhes do conteúdo da carga. Falou ainda, que concorda que o transportador seja responsável por levar a carga de volta e solicitou que seja revista a corresponsabilidade do transportador. Rafael agradeceu a oportunidade de falar sobre a IN e explicou que o usuário direto é o



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

importador e a responsabilidade de informar a existência de madeira na carga é dele, porém podem ter situações em que o transportador tenha a informação e isso pode ser de grande valia. Ressaltou, ainda, que o transportador não será o responsável ou obrigado a prestar a informação e que a intenção é que se tenha mais informação para se liberar a carga o mais rápido possível, evitando assim a fiscalização de 100% das cargas. Resano agradeceu os esclarecimentos e argumentou que na leitura da IN não se enxerga o que foi explicado, disse acreditar que a redação dá margem a outras interpretações, e solicita que o Vigiagro reestude o parágrafo que trata deste assunto. Rafael falou que não existe objeção a solicitação e pediu que a Câmara envie a solicitação de alteração ao Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal - DSV, visto que, a competência da redação é deste setor. Resano se comprometeu a elaborar o texto e repassar ao Secretário da Câmara para dar o devido encaminhamento. José Ribamar Miranda Dias, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, solicitou a palavra e ressaltou que ambas as partes estão tratando o problema de maneira séria e competente e que é importante se observar os contêineres de carga fracionada. Falou, ainda, que a responsabilidade tem que recair no importador e não no transportador, destacando que o problema da madeira é sério e falou que é importante se pensar num plano maior. Para finalizar, falou que a morosidade é por conta do sistema brasileiro, que deveria seguir os padrões internacionais. Carlos Eduardo Cruz Tavares, representante da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, ponderou que se essa IN vem de um subsídio de normatizações internacionais, o exportador já deveria anexar ao conhecimento de embarque o documento de procedência da madeira, como acontece em outros países. Rafael explicou que a IN 32 atualiza a IN 04/2004 e incorpora no ordenamento jurídico brasileiro as disposições de uma Norma Internacional de Medida Fitossanitária – NIMF, que foi elaborada a partir de uma Convenção Internacional da FAO e falou que a grande maioria dos países internalizaram essa norma. Referente ao documento citado pelo Carlos, Rafael falou que as cargas que possuem madeira vêm com uma marca com códigos, o que dispensa o uso de um documento físico e destacou que isso é uma norma fitossanitária e que não cabe obrigar que esta informação conste no conhecimento de carga. Para finalizar, Rafael ressaltou que muitos países não cumprem todas as normas e que é importante que o Brasil verifique o que entra no País. O Presidente agradeceu a Rafael pela presença na reunião e pelas informações prestadas e solicitou o seu apoio ao levar ao Vigiagro a preocupação da Câmara referente a IN 29, informando que a CTLOG já protocolou um documento que estava em análise no setor. Rafael agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para dirimir qualquer dúvida.

Encaminhamento: **I)** manifestar junto à Anvisa apoio ao pleito, apresentado pelo Syndarma, que solicita a emissão de Certificado de Livre Prática por 90 (noventa) dias. **Responsável:** Carlos Alberto Nunes – Secretário da Câmara; **II)** elaborar uma proposta de alteração da IN 32, no parágrafo que trata da corresponsabilidade do transportador de informar a existência de madeira na carga. **Responsável:** Luís Fernando Resano – Syndarma.

Comissões Tripartites no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - Fiscalização dos serviços delegados pela agência reguladora: o Presidente convidou Fayet para fazer a sua apresentação. Fayet iniciou apresentando o ranking mundial de produção e exportação dos principais produtos agrícolas e o saldo da Balança Comercial do Brasil de 1989 a 2015. Continuando, falou que analisando a minuta apresentada pela ANTT que cria as comissões tripartites, encontrou alguns equívocos como a forma de criação das comissões, de espectro nacional, que não atenderiam as particularidades regionais. Fayet explicou que o ideal seria que além da comissão nacional em Brasília, fossem criadas comissões por corredor de comércio ou por segmento da malha. Falou ainda, que outro problema encontrado é em relação à formação das comissões que não diferenciam corretamente os



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

usuários e que a proposta é que as comissões tenham representatividade do poder concedente, dos usuários geradores das cargas e dos prestadores de serviços rodoviários/ferroviários. Dando continuidade, falou da preocupação com os pedágios e lembrou que a Câmara vem trabalhando com essa questão desde o início, apresentando uma linha de sugestões ao Governo que as tem incorporado, a exemplo do critério da menor tarifa e do estabelecimento de um cronograma de investimentos com um gatilho de tráfego. Entretanto, essas duas ações não resolveram totalmente o problema dos pedágios visto a disparidade das estruturas encontradas nas rodovias do país, sendo necessária a criação de um padrão referencial para não criar barreiras logísticas no Brasil com pedágios elevados. Finalizando este assunto, Fayet falou que é importante que a ANTT analise essas propostas e que seria importante a realização de uma reunião técnica para explicar as minúcias da proposta. Entrando na questão ferroviária, Fayet destacou que as prorrogações mantêm as características monopolísticas das concessões e falou que a posição da CNA é por um novo processo de licitação, para todos os contratos. Caso não seja possível relícitar, é necessário que os marcos regulatórios sejam obrigatoriamente respeitados. Referente à gestão das águas, colocou que existem inúmeros problemas e destacou o caso da hidrovía Tietê-Paraná, onde o operador nacional do sistema, que pertence ao setor elétrico, determinou o uso da água como quis, impossibilitando a navegação. Fayet enfatizou que o transporte por essa hidrovía era considerável e que existiam projetos de utilização que ficaram prejudicados pelo mau uso, destacando que não é possível que a gestão das águas seja feita desta maneira e apresentou as suas propostas para a questão. Em relação à expansão dos portos, informou que os setores empresariais se mobilizaram para a aprovação da Lei dos Portos e que o problema da delimitação das poligonais e das licitações foram apresentados ao novo Ministro da Secretaria dos Portos, Helder Barbalho. Em resposta o Ministro retomou as publicações das poligonais e iniciou a publicação dos editais de licitação para concessão de terminais portuários no estado do Pará. Finalizando, informou a criação de uma aliança estratégica, formada pelas Federações de Agricultura do estado do Pará e do Mato Grosso, para tratar da questão de logística. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu Fayet pela apresentação e abriu a palavra aos membros. Carlos Tavares, representante da CONAB fez uso da palavra e falou que foram abordados muitos assuntos referentes a concessões e assuntos abordados de forma diferente para cada tipo de transporte, citando o exemplo do transporte ferroviário que tem um modelo que foi aprovado em 2011 e que em sua concepção não funciona. Disse ainda, que os chineses têm interesse em investir em infraestrutura, mas não querem operar, começando assim uma nova concepção em que se separa o construtor do operador da via e a possibilidade da instituição do operador ferroviário independente. Encerrando disse que não consegue vislumbrar uma solução enquanto não for resolvido o problema do direito de passagem. O Presidente explicou rapidamente o problema enfrentado pelo direito de passagem e falou que é necessário que nas renovações dos contratos de concessão conste a exigência do direito de passagem, se estabelecendo o percentual da capacidade repassado ao Operador Ferroviário Independente - OFI. Disse ainda, que nas novas concessões a ideia é que a parcela estabelecida seja de 50% para operadores independentes. Prosseguindo, solicitou que Baldez fizesse mais comentários a respeito do assunto. Baldez relatou que no dia anterior esteve na ANTT em uma Audiência Pública sobre a FNS, no trecho Ouro Verde - Estrela do Oeste até Três Lagoas e destacou que este trecho isolado não dá viabilidade econômica. Falou ainda, que o setor ferroviário brasileiro só se viabilizará se o Decreto 1.832/96 for revogado. Baldez informou que a Anut entregará formalmente à ANTT uma análise pedindo a suspensão da Audiência Pública desse trecho para remodelação do processo, pois foi verificado que a ANTT fez um modelo financeiro diferente do modelo conceitual, ou seja, fez um modelo financeiro com direito de passagem aberto, o que não estava previsto no edital. Para finalizar Baldez sugeriu que a CTLOG poderia elaborar um documento firmando estes pontos conceituais que a Anut abordará. O Presidente falou que das discussões ocorridas, caberiam algumas moções à



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Ministra, informando os fatos e apresentando o posicionamento da Câmara. As moções sugeridas versariam sobre: Comissões Tripartites no modal rodoviário, pedágios, ferrovias e hidrovias. O Presidente colocou o assunto em votação. Daniel Furlan Amaral, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove, sugeriu que as moções fossem enviadas por e-mail para as entidades e com prazo para se posicionar, pois não se sentia confortável em aprovar um documento sem ler o conteúdo. O Presidente argumentou que cada moção seria assessorada pelas entidades, sendo, portanto, do conhecimento de todos. Fayet observou que muito do que foi apresentado não é novidade. Almirante Ribamar pediu a palavra e disse concordar com a posição do Daniel e que está autorizado a aprovar a elaboração da moção, mas o texto deve ser analisado pelas entidades. Gonzalo Álvaro Vázquez Fernández, representante da Agência Nacional das Águas - ANA, concordou com a argumentação feita pelo Almirante e observou que na questão do uso múltiplo das águas, já existe um acordo assinado entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba com um novo modelo operacional de captação de água e prioridades de uso. Falou ainda que o assunto da prevalência do setor elétrico no uso das águas é constante e que existe um grupo para a discussão de um novo sistema de operação do Rio São Francisco. Caso a CTLOG ache conveniente pode ser solicitado à ANA que o setor de navegação e cabotagem tenha o seu espaço reservado nesses fóruns. Miguel Rubens Tranin, representante do Fórum Nacional Sucroenergético - FNS, ressaltou que os assuntos abordados vêm sendo discutidos a muito tempo, mas que é importante circular as moções com um prazo para análise e decisão. Fabiano Chaves da Silva, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, se disse preocupado em relação à moção da gestão de águas, pois se o intuito for levar a preocupação sobre o assunto à Ministra concorda, mas se for para propor um novo modelo, disse considerar importante que haja mais discussões. Alexandre Vaz Sampaio, representante do Ministério dos Transportes - MT, expressou a sua preocupação de aprovar a moção através de ideias e compartilhou que em outras Câmaras as moções são aprovadas através de um texto e disse se sentir mais confortável assim. Fayet reafirmou que estas matérias são recorrentes, mas como há um consenso na circulação do texto, sugeriu o prazo de três dias para análise e propostas. André Luiz Zanin de Oliveira, representante da Fenamar, apoiou a posição de Fayet e falou que, em sua opinião, falta pragmatismo para se avançar em questões que são necessárias.

Diante das argumentações o Presidente encaminhou pela elaboração de textos básicos das moções, pela Secretaria da CTLOG, que deverão ser encaminhadas aos membros até o dia 26 de fevereiro e estes terão o prazo de sete dias para enviarem as suas considerações e propostas.

Encaminhamento: elaboração de moções referentes às concessões rodoviárias e ferroviárias, abordando os temas discutidos. O texto básico será circularizado entre os membros, onde as contribuições poderão ser consignadas, para avaliação, redação final e posterior envio à Ministra Kátia Abreu. **Responsável:** Carlos Alberto Nunes – Secretário da Câmara.

Projeto de Lei n 7814/2014 - Altera a Lei n 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; e dá outras providências: o tema não foi abordado e poderá ser pautado em uma próxima reunião ordinária da Câmara.

Encaminhamento: pautar o tema “Projeto de Lei n 7814/2014” para a próxima reunião. **Responsável:** Carlos Alberto Nunes – Secretário da Câmara.

Licitações dos terminais para grãos agrícolas e fertilizantes nos portos do Arco Norte (Vila do



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Conde, Outeiro e Santarém - PA): o tema não foi abordado e será pautado em uma próxima reunião ordinária da Câmara.

Encaminhamento: pautar o tema “Licitações dos terminais para grãos agrícolas e fertilizantes nos portos do Arco Norte” para a próxima reunião. **Responsável:** Carlos Alberto Nunes – Secretário da Câmara.

Processo de concessão da BR-163 no trecho Sinop-Miritituba: O Presidente relatou que a concessão desse trecho fez parte da Audiência Pública 014/2015 que foi realizada em Brasília no dia 18 de janeiro, em Itaituba no dia 21 e em Sinop no dia 26 do mesmo mês e informou que antes da realização das audiências, ocorreu uma visita técnica à BR-163 na qual se procurou orientar as comunidades do pensamento do Movimento Pró-Logística. Iniciando a sua apresentação, mostrou a projeção da produção de grãos por macrorregião no estado do Mato Grosso até o ano de 2025 e as três rotas de escoamento da produção em direção ao Arco Norte, explicando que o objetivo deste estudo foi mostrar à ANTT que o volume de tráfego da BR-163 está subestimado. Mostrou a situação atual da BR, que tem vários trechos concluídos mas outros ainda carecem de pavimentação. Ressaltou que trechos pavimentados em 2011 já estão com muitos buracos e precisam de manutenção. O Presidente ressaltou que a única maneira para finalizar as obras da rodovia é mediante concessão, porque o DNIT não tem condições e enfatizou que é importante se finalizar esse trecho porque a região possui uma alta capacidade de produção, existindo no momento apenas a rodovia para se chegar aos portos do Pará. A ANTT apresentou dois modelos de concessão, um para 30 anos com gatilho para duplicação e um para 12 anos, sem previsão de duplicação, considerando a construção da Ferrogrão. Continuando, apresentou uma tabela com a projeção de embarques em Miritituba e Santarém, mostrando que a região já atingirá, antes das concessões, o que foi projetado para os próximos cinco anos pela ANTT. Falou que os valores projetados para tarifas de pedágio, por eixo estão totalmente fora do padrão e que a sua preocupação é que uma tarifa teto alta possa provocar um deságio inferior ao realizado em outras concessões definindo assim um valor alto de pedágio final. Concluindo sua apresentação, informou que foi protocolado dia 12 um documento com as contribuições do Movimento Pró-Logística e que tem reunião agendada na ANTT para tratar do assunto no dia 19 de fevereiro. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Daniel Furlan da ABIOVE pediu a palavra e comentou que o que mais preocupa a ABIOVE é a mudança de postura do estado, do Ministério dos Transportes, em relação à BR 163, visto que até um determinado momento havia um comprometimento com o final das obras, mas à medida que a licitação se tornou concreta a postura mudou. Falou que na Audiência Pública foi mostrado que as obras sob responsabilidade do DNIT já estão sendo alocadas na licitação para as concessionárias, o que demonstra um certo descaso. Sobre o processo de licitação, Daniel registrou que a Abiove sugeriu que a ANTT revisasse o modelo, considerando mais explicitamente a entrada em operação da Ferrogrão, optasse por um modelo de pista simples sem gatilho no período de 12 anos e que fossem contemplados acesso portuários à Miritituba e Santarém. Queiroga fez uso da palavra e falou que o problema observado na ANTT é o modo como é feita a precificação, visto que o usuário não tem acesso e não participa do processo, citando a cobrança do eixo suspenso. Baldez falou que concorda com as proposições feitas pelo Presidente e que a metodologia utilizada na ANTT para precificação é equivocada, transferindo ao usuário as distorções. Sugeriu que, nos modelos atuais, deve-se discutir a questão das cobranças pelos eixos suspensos que não pode servir para o reequilíbrio dos contratos. Fayet observou que nas licitações existe uma visão muito restrita da finalidade das vias rodoviárias e da perspectiva real de crescimento dessas áreas. A rodovia tem a finalidade de integração e isso é muito importante, destacando que a área da BR163 é uma região de potencial crescimento.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete da Ministra

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Cabotagem - Abastecimento de milho para o Nordeste pelos portos do Arco Norte: o Presidente relatou que na última reunião da Câmara foram criados dois Grupos de Trabalho, que ainda não se reuniram, um para elaborar uma proposta de gestão dos usos múltiplos das águas, coordenado pelo Sr. Luiz Antônio Fayet e outro para discutir o abastecimento de milho da região Nordeste, coordenado pelo Sr. Roberto Carsalade Queiroga. O Presidente solicitou que os Coordenadores dos dois grupos marquem um encontro para discutir os temas e tragam um retorno na próxima reunião da Câmara e destacou que no caso do milho, é necessário levar em consideração o que é produzido nos estados da Bahia, Piauí e Tocantins e que primeiro deve-se levantar quais portos do Nordeste tem condições de receber grãos, para depois se avaliar a viabilidade do abastecimento através de contêineres. Resano solicitou que fossem lembrados os membros dos grupos e o Presidente leu a composição de ambos. André Luiz Bento de Mello, representante da Abac, Luiz Fernando Resano, representante do Syndarma e José Ribamar Miranda Dias – representante da CNI, solicitaram a participação do GT que discutirá o abastecimento da região Nordeste.

Assuntos Gerais: Não houve manifestação dos membros sobre assuntos pertinentes à reunião.

Encerramento: o Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo nada mais a ser tratado a reunião foi encerrada às doze horas e sete minutos, e eu Caroline Stephany Inocêncio, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	Edifício Sede MAPA, Brasília-DF		
Data da reunião:	13/04/2016	Hora de início:	09:00
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------